



NOTA TÉCNICA

Nota Técnica do Projeto Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. **Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 003/2014 – DIEESE / SICONV nº 811485/2014**

Junho de 2016

Qualificação Social e Profissional: Análise de Indicadores Selecionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015

Presidente da República

Michel Temer

Ministro do Trabalho

Ronaldo Nogueira

Secretário de Políticas Públicas de Emprego (SPPE)

Leonardo José Arantes

Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes)

Natalino Oldakoski

Secretário de Relações do Trabalho (SRT)

Carlos Cavalcante de Lacerda

Ministério do Trabalho

SPPE - Esplanada dos Ministérios - Bl. F Sede

3º andar - Sala 300 - Tel.: 61 2031-6264

Senaes - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

3º andar - Sala 331 - Tel.: 61 2031-6533/6534

SRT - Esplanada dos Ministérios - Bloco F Sede

4º andar - Sala 449 - Brasília - DF

Tel.: 61 2031-6651/6068

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**Escritório Nacional: rua Aurora, 957 - Centro - São Paulo - CEP 01209-001****Tel.: 11 3874-5366 - 3821-2199 - www.dieese.org.br****Direção Executiva****Presidente: Zenaide Honório** - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP**Vice-presidente: Luís Carlos De Oliveira** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP**Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR**Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP**Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de SP**Diretora Executiva: Cibele Granito Santana** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes** - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira** - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de PE**Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva** - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa** - Sindicato dos Eletricitários da Bahia**Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas** - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva** - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP**Direção Técnica****Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio | Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri | Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas | Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam |****Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira | Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos | Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber****Equipe técnica****Guilherme Silva Araújo | Gustavo Sawaya Amaral Gurgel | Adriana Jungbluth | Pedro dos Santos Bezerra Neto | Fernando Adura Martins | Gustavo Plínio Paranhos Monteiro | Rodrigo Fernandes Silva | Laender Valério Batista | Vinícius Bredariol | Paulo Jager | Thomas Gomes Cohen (auxiliar técnico) | Edgard Rodrigues Fusaro |**

INTRODUÇÃO

A política de qualificação, em conjunto com o Programa Seguro-Desemprego¹ e o Sistema Nacional de Emprego (Sine)², compõe essencialmente o Sistema Público de Emprego brasileiro. Os primeiros esforços em favor da constituição de uma política de qualificação coordenada pelo Estado coincidem com o objetivo de oferecer oportunidades de qualificação em conjunto com os serviços de intermediação do Sine, em meados da década de 1970. O contexto favorável ao emprego e a ausência de fontes regulares de recursos financeiros para o financiamento da qualificação favoreceram a intermediação em detrimento da oferta de cursos de qualificação profissional.

As transformações do ambiente macroeconômico marcaram a década de 1980, período em que a capacidade do Estado em estimular o crescimento econômico por intermédio das políticas fiscal e monetária esteve enfraquecida, e tiveram reflexo sobre o tamanho e a duração do desemprego. Em resposta, as iniciativas de intervenção direta sobre o mercado de trabalho ganharam força como instrumento de combate ao desemprego, contexto em que a qualificação profissional, na medida em que favorece o exercício de um conjunto mais amplo de ocupações, emergiu como um desses instrumentos (RAMOS, 2009).

No Brasil, é a partir da criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)³, em 1990, que se constituiu uma fonte de recursos regulares para o financiamento das políticas que compõem o Sistema Público de Emprego. Abastecido por contribuições empresariais e por recursos do Programa de Integração Social (PIS), os recursos do FAT permitiram que, a partir de 1994, os programas de qualificação profissional fossem ofertados a todos os trabalhadores, e não mais se restringissem aos requerentes do seguro-desemprego (MORETTO et al., 2006).

Com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional foi criado, em 1995, o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor). O Planfor, que tinha por meta alcançar ao menos 20% da população economicamente ativa, foi estabelecido por meio de parcerias entre o Ministério do Trabalho e a rede de educação profissional do país, que compreendia os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal; as universidades; o Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional (Sistema S); sindicatos; escolas e fundações de empresas; e organizações não governamentais. A gestão dos recursos ocorreu de

¹ Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990.

² Decreto nº 76.403/1975.

³ Lei nº 7.998 que regulamentou o artigo 239 da Constituição Federal.

forma descentralizada por meio de Planos Estaduais de Qualificação, coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho (CARDOSO JR. et al., 2006).

A gestão descentralizada do Planfor, somada à ausência de instrumentos que permitissem controlar a utilização dos recursos e avaliar seus resultados impediram que a cobertura prevista fosse alcançada. Em 2003, o Planfor foi substituído pelo Programa Nacional de Qualificação (PNQ), que incorporava à formação profissional objetivos tais como a inclusão social, a redução das desigualdades; crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. As ações do PNQ contaram com maior monitoramento e controle por parte do Ministério do Trabalho. Estabeleceram-se cargas horárias mínimas e conteúdos pedagógicos específicos para os diversos cursos de qualificação. Também ganharam importância a certificação profissional e o apoio ao desenvolvimento de metodologias de qualificação. O novo programa abriu espaço para a oferta de cursos de longa duração e ampliou esforços em prol da integração com os demais programas do sistema público de emprego.

No âmbito do PNQ, foi criado, em 2004, o Plano Setorial de Qualificação (Planseq)⁴, que visava atender demandas de qualificação das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais não cobertas pelos planos estaduais e municipais. Pretendia-se que, nesse eixo, o investimento em qualificação funcionasse por meio de parcerias com o setor privado e projetos ligados diretamente à geração de novos postos de trabalho (CARDOSO JR. et al., 2006).

Em 2011, a qualificação profissional passou à responsabilidade do Ministério da Educação. Tal mudança culminou na criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁵, que tinha por metas (MEC, 2016):

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;

⁴ Resolução no 408 do Codefat.

⁵ Para a atual edição do livroto “Qualificação Social e Profissional”, do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015, não foi possível acessar a base de dados do Pronatec, portanto, a publicação sistematiza os dados do PNQ.

- Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio.

O modelo de execução do PNQ foi redesenhado conforme os parâmetros estabelecidos pela Lei que criou o Pronatec. Com vistas a garantir que os cursos do PNQ fossem executados, os ministérios do trabalho e da educação estabeleceram acordo de cooperação assinado em dezembro de 2013 (MTE, 2014). Em resposta, a quantidade de convênios firmados no âmbito do PNQ decresceu de forma contínua até o ano de 2013, quando nenhum novo instrumento de convênio foi assinado.

Esta Nota Técnica tem como objetivo abordar um dos eixos integrantes da política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: a política de Qualificação Social e Profissional e está dividida em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira trata dos aspectos educacionais da população economicamente ativa. A segunda seção apresenta os resultados da educação profissional técnica e tecnológica. Por fim, a última seção traz informações sobre o Plano Nacional de Qualificação.

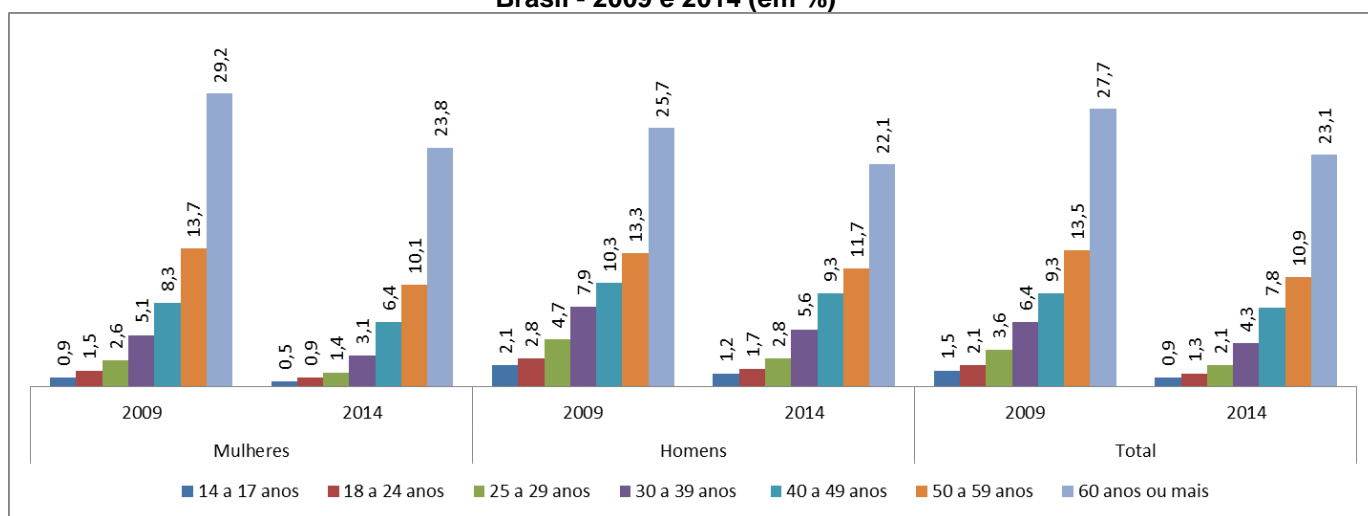
As informações analisadas nesta Nota Técnica provêm da publicação “Anuário do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda 2015 – Livro 4: Qualificação Social e Profissional”, parte integrante do convênio “Desenvolvimento de Instrumentos e Atualização dos Indicadores de Apoio à Gestão de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda” desenvolvido em parceria entre o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) com o Ministério do Trabalho (MTb) e financiado com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O período da análise (2009 a 2014) busca atualizar as informações trabalhadas nos convênios anteriores (2007 a 2011) e limita-se às informações disponíveis até o momento da publicação do Anuário.

ASPECTOS EDUCACIONAIS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Nas últimas décadas, o país experimentou um conjunto de iniciativas públicas em favor da melhoria da situação educacional da população, cujos efeitos se expressam na melhora em diferentes indicadores educacionais. A taxa de

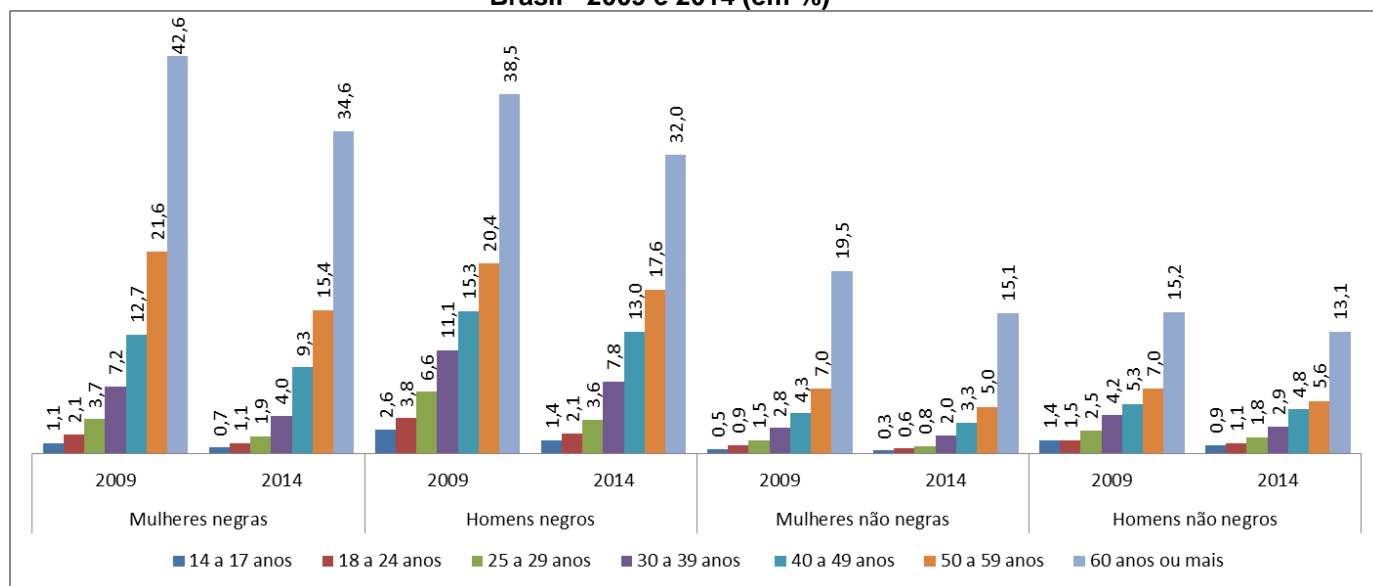
analfabetismo brasileira diminuiu nos últimos anos em todos os extratos da população, embora diferenças entre extratos da população persistam. Os dados de 2014 permitem observar que a taxa de analfabetismo é mais elevada entre as mulheres com mais de 60 anos de idade, entre os residentes nas áreas rurais, em regiões não metropolitanas e entre os negros. Como a política educacional brasileira, prioritariamente, as coortes mais jovens, em geral a taxa de analfabetismo tende a se elevar conforme a idade aumenta, o que pode ser visto nos Gráficos 1, 2 e 3.

GRÁFICO 1
Evolução da taxa de analfabetismo das pessoas de 14 anos ou mais por faixa etária, segundo sexo
Brasil - 2009 e 2014 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2
Evolução da taxa de analfabetismo das pessoas de 14 anos ou mais por faixa etária, segundo sexo e cor/raça
Brasil - 2009 e 2014 (em %)

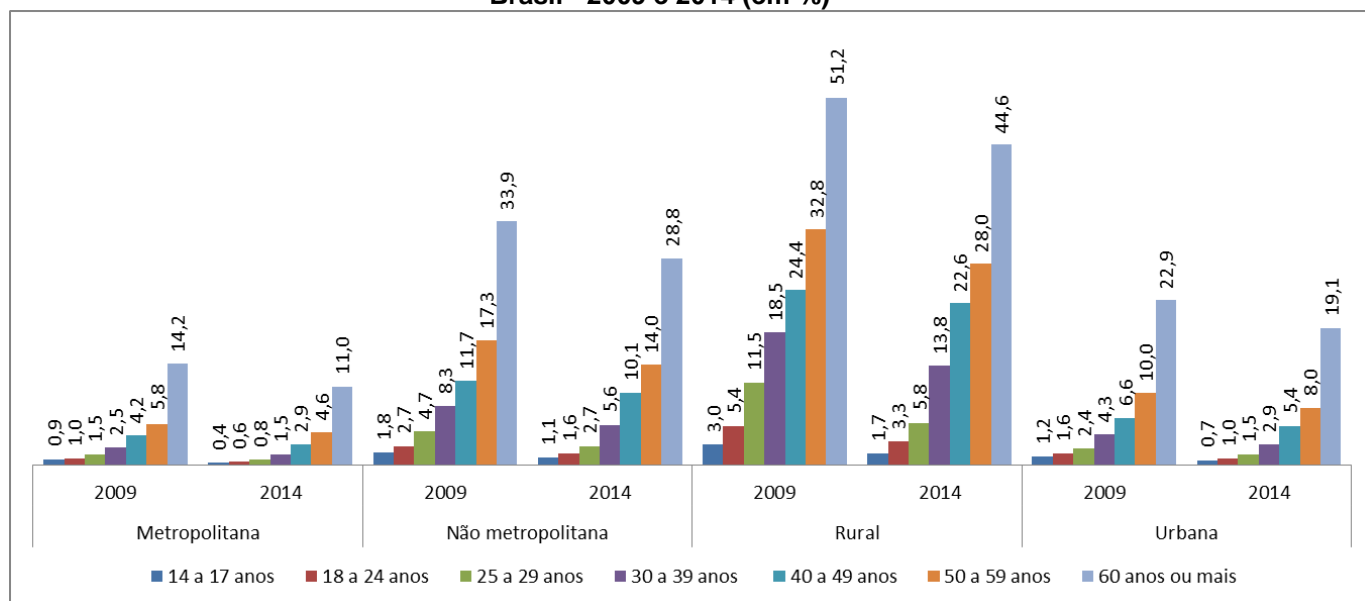


Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Pessoas sem declaração de cor/raça foram excluídas

GRÁFICO 3

**Evolução da taxa de analfabetismo das pessoas de 14 anos ou mais por faixa etária, segundo localização e área do domicílio
Brasil - 2009 e 2014 (em %)**

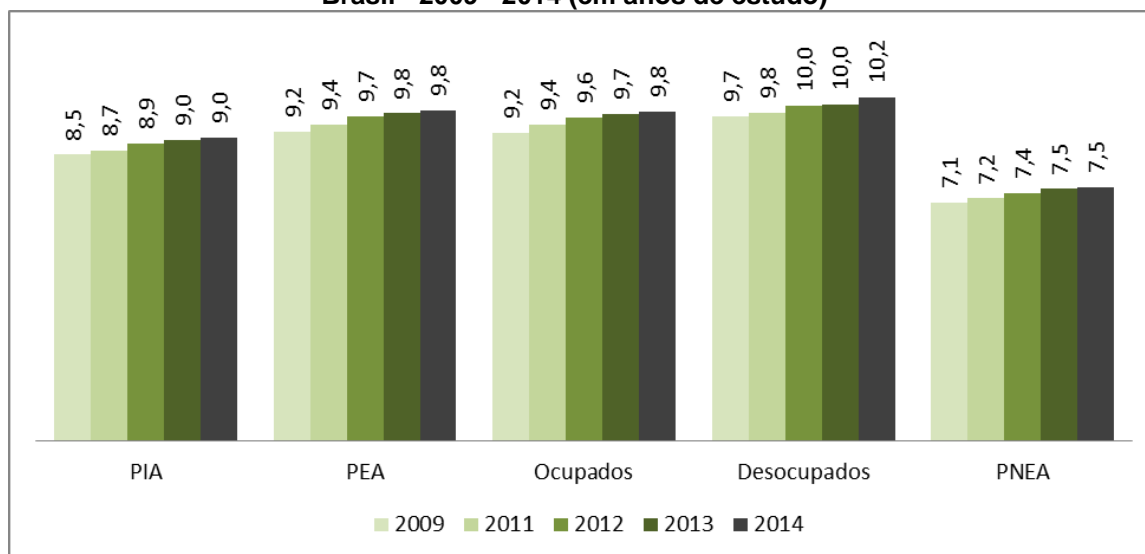


Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

A média de anos de estudo da população em idade ativa aumentou gradualmente entre 2009 e 2014, trajetória acompanhada pela população de ocupados, desocupados e não economicamente ativa. Apesar desse crescimento, observa-se que a escolaridade média da população economicamente ativa supera a da população não economicamente ativa, o que pode ser efeito do peso que tem a fatia mais jovem da população, e que ainda não completou os estudos, neste segundo grupo (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Média de anos de estudo da população em idade ativa por
condição de atividade e condição de ocupação
Brasil - 2009 - 2014 (em anos de estudo)



Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: São consideradas apenas as pessoas de 14 anos ou mais

Quanto à relação entre escolaridade, remuneração e estabilidade relativa no emprego para a população ocupada, percebe-se que aqueles com maior escolaridade recebem, em média, remunerações mais elevadas, e ocupam postos de trabalho em ocupações com menor rotatividade⁶, quando comparados aos ocupados menos escolarizados. Em 2014, ocupados com ensino superior completo receberam remunerações equivalentes a 4,8 vezes os rendimentos dos ocupados sem instrução (Tabela 1). No mesmo ano, foram substituídos aproximadamente 17% dos vínculos de emprego com superior completo, proporção que entre os vínculos de trabalhadores sem instrução foi de 58,3% (Tabela 2). Observa-se ainda que a diferença entre os rendimentos dos ocupados por escolaridade diminuiu e que a rotatividade cresceu em menor ritmo entre os grupos menos escolarizados, o que pode se explicar tanto pela política de valorização do salário mínimo quanto pela maior formalização dos trabalhadores até 2014.

⁶ O texto utiliza como referência a taxa de rotatividade descontada que exclui desligamentos por transferências, aposentadorias, falecimentos e a pedido do próprio trabalhador.

TABELA 1
Evolução do rendimento-hora⁽¹⁾ do trabalho principal dos ocupados, por escolaridade
Brasil - 2009 - 2014 (em R\$/hora)

Ano	Sem Instrução	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Total
2009	3,9	5,2	6,5	5,6	8,3	12,4	25,5	8,9
2011	6,3	6,7	8,2	7,7	10,7	13,7	29,2	11,4
2012	5,6	6,9	8,6	7,5	10,8	15,6	30,5	11,9
2013	7,1	7,3	9,4	7,7	11,8	15,2	34,2	13,2
2014	6,5	7,1	8,7	7,2	10,6	14,6	31,4	12,4
Índice de diferenças de rendimento-hora (Sem instrução = 100)								
2009	100,0	131,0	165,6	142,8	210,5	314,3	647,2	226,9
2014	100,0	109,2	133,0	109,8	162,4	222,6	479,4	189,5

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Rendimento-hora a preços no INPC/IBGE em setembro de 2014. No cálculo foram excluídos os ocupados com rendimento não declarado ou nulo

Obs.: a) São considerados apenas os ocupados de 14 anos ou mais

b) O total inclui escolaridade "Não determinada"

TABELA 2
Taxa de rotatividade descontada⁽¹⁾ do mercado formal de trabalho, por escolaridade
Brasil 2009 - 2014 (em %)

Ano	Sem Instrução	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Total
2009	53,3	46,7	41,7	44,0	36,7	27,7	15,4	36,0
2010	56,0	47,7	42,9	46,0	38,7	30,7	16,0	37,4
2011	53,6	47,2	43,0	47,7	38,8	28,5	16,6	37,3
2012	61,2	47,2	43,2	47,7	39,4	29,3	16,8	37,4
2013	59,6	46,8	43,3	48,6	39,9	29,6	17,5	37,5
2014	58,3	45,8	42,5	49,4	39,9	30,4	17,3	37,1

Fonte: MTPS. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Taxa de rotatividade descontada exclui desligamentos por transferências, aposentadorias, falecimentos e a pedido do próprio trabalhador

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E TECNOLÓGICA

A política educacional brasileira visou tanto ampliar o acesso à escola quanto promover a formação profissional e elevar a escolaridade. Em resposta, a qualificação profissional passou a ser ministrada nos mesmos estabelecimentos em que se promove a formação propedêutica e o ensino superior, fator que parece ter contribuído para a ampliação do número de estabelecimentos que ofertam educação profissional de nível técnico.

Entre 2009 e 2014, o número de estabelecimentos da educação profissional técnica de nível médio cresceu 51,7%, com destaque para a região Nordeste onde o

número de estabelecimentos dobrou (Tabela 3). Embora a maior parte dos estabelecimentos se concentre na rede privada de ensino, a rede pública teve a participação ampliada em termos da oferta de estabelecimentos de ensino, principalmente nas redes federais e estaduais (Tabela 4), responsáveis pela maioria dos estabelecimentos da oferta de educação profissional integrada ao ensino médio (Gráfico 5).

TABELA 3
Número de estabelecimentos da educação profissional de nível técnico
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2009 e 2014 (em n^{os} absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2009	2014	Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2009	2014
Norte	208	424	Sudeste	2.236	2.954
Acre	6	17	Espírito Santo	106	214
Amapá	18	24	Minas Gerais	515	932
Amazonas	51	118	Rio de Janeiro	368	529
Pará	49	145	São Paulo	1.247	1.279
Rondônia	22	35			
Roraima	13	16	Sul	831	1.163
Tocantins	49	69	Paraná	299	465
			Rio Grande do Sul	395	453
Nordeste	631	1.299	Santa Catarina	137	245
Alagoas	21	66			
Bahia	179	324	Centro-Oeste	223	422
Ceará	113	211	Distrito Federal	32	54
Maranhão	85	97	Goiás	69	111
Paraíba	35	101	Mato Grosso	66	125
Pernambuco	79	199	Mato Grosso do Sul	56	132
Piauí	69	136			
Rio Grande do Norte	36	120			
Sergipe	14	45	BRASIL	4.129	6.262

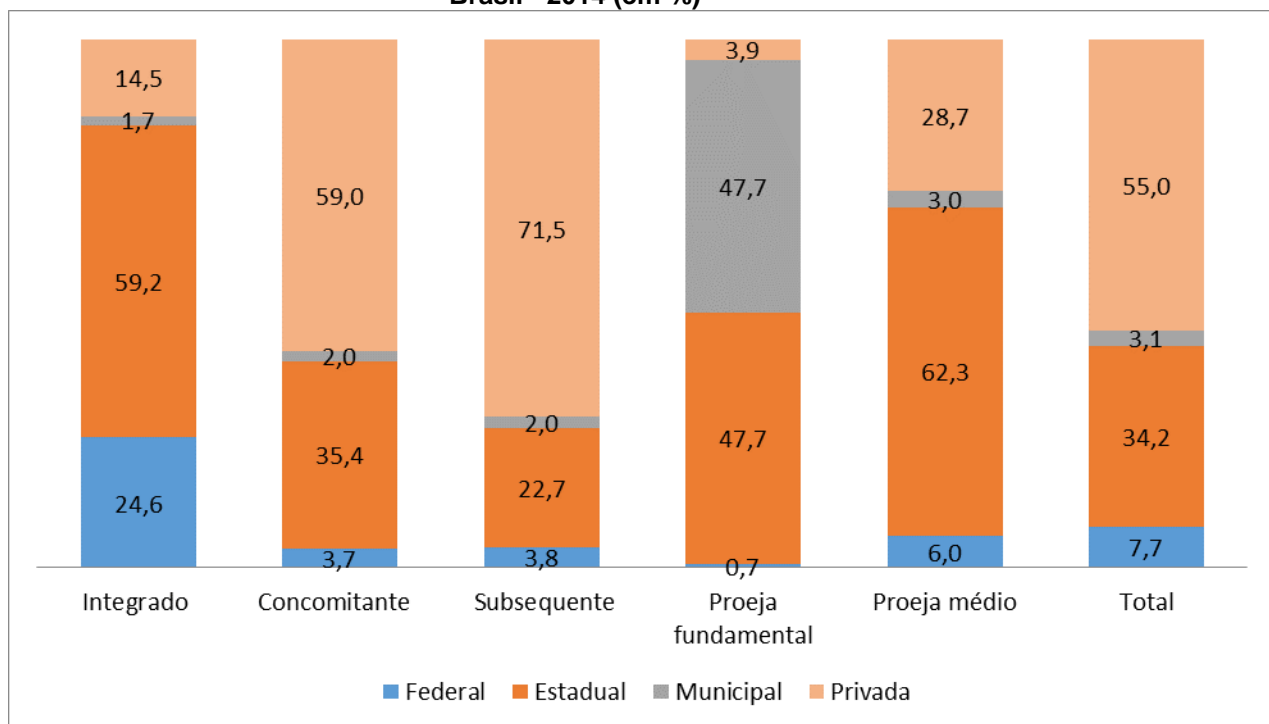
Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica
Elaboração: DIEESE

TABELA 4
Número de estabelecimentos e matrículas da educação profissional
de nível técnico, por dependência administrativa
Brasil - 2009 e 2014 (em n^{os} absolutos e %)

Dependência Administrativa	Estabelecimentos				Matrículas			
	2009 Em n ^{os} absolutos	Em %	2014 Em n ^{os} absolutos	Em %	2009 Em n ^{os} absolutos	Em %	2014 Em n ^{os} absolutos	Em %
Federal	239	5,8	485	7,7	158.885	15,0	249.901	13,9
Estadual	1.237	30,0	2.141	34,2	361.574	34,1	541.303	30,2
Municipal	187	4,5	193	3,1	35.848	3,4	33.786	1,9
Privada	2.466	59,7	3.443	55,0	503.799	47,5	968.566	54,0
Total	4.129	100,0	6.262	100,0	1.060.106	100,0	1.793.556	100,0

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 5
Distribuição dos estabelecimentos da educação profissional de nível técnico por
modalidade de oferta, segundo dependência administrativa
Brasil - 2014 (em %)

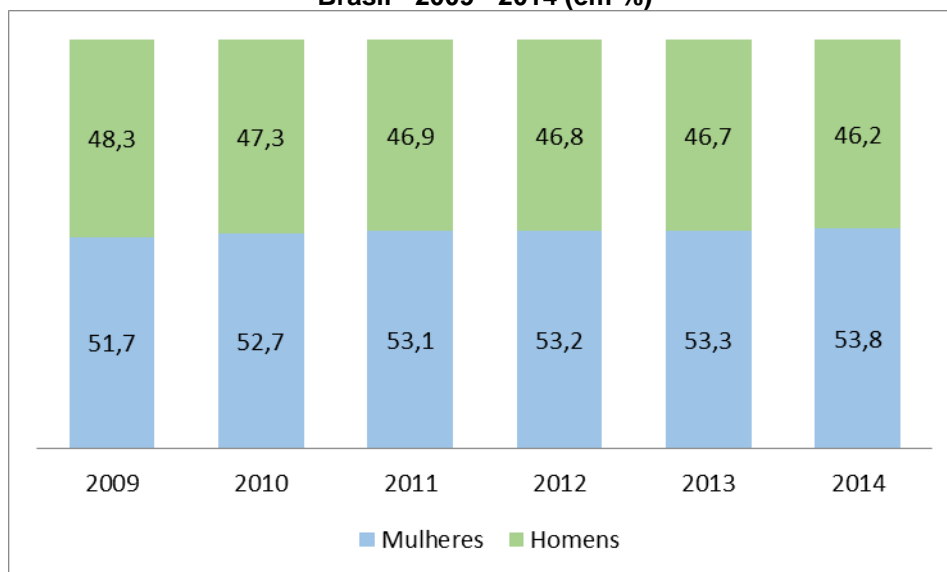


Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica
 Elaboração: DIEESE

Em decorrência da expansão dos estabelecimentos, o número de matrículas em cursos da educação profissional técnica associada ao ensino médio ampliou em cerca de 70%. Entre os alunos matriculados, predominaram as mulheres (Gráfico 6) e as pessoas com até 24 anos de idade⁷, em razão de as matrículas ocorrerem associadas aos estabelecimentos da educação básica. Os cursos mais procurados pelos matriculados no período pertenceram aos eixos “Ambiente e Saúde”, “Controle e Processos Industriais”, “Gestão e Negócios” e “Informação e Comunicação” (Tabela 5).

⁷ DIEESE, **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda 2015**: Livro 4 pp. 67-68. São Paulo: DIEESE, 2015

GRÁFICO 6
Distribuição das matrículas da educação profissional de nível técnico por sexo
Brasil - 2009 - 2014 (em %)



Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica
 Elaboração: DIEESE

TABELA 5
Distribuição das matrículas de educação profissional de nível técnico, por eixos tecnológicos
Brasil - 2009 – 2014 (em %)

Eixos Tecnológicos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ambiente e saúde	32,1	33,6	31,2	22,9	21,7	23,3
Desenvolvimento educacional e social	0,9	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8
Controle e processos industriais	20,7	19,0	18,7	19,5	19,9	18,9
Gestão e negócios	17,2	18,1	18,9	18,4	19,0	17,9
Turismo, hospitalidade e lazer	1,8	1,8	1,9	1,9	1,7	2,2
Informação e comunicação	12,0	12,5	12,8	12,9	12,5	13,5
Infraestrutura	3,1	3,3	4,1	4,2	4,5	4,7
Militar	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Produção alimentícia	1,1	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4
Produção cultural e design	2,4	2,3	2,3	2,5	2,5	2,6
Produção industrial	1,9	1,7	1,4	1,6	1,5	1,4
Recursos naturais	6,6	6,0	6,6	6,5	6,3	5,3
Segurança	(1)	(1)	(1)	7,4	7,9	7,7

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica
 Elaboração: DIEESE

Obs.: Não inclui a modalidade Proeja Fundamental

Nota: (1) Eixo criado a partir do ano de 2012, até então computado no eixo Ambiente e saúde

Quanto à educação profissional de nível tecnológico, a maior parte dos estabelecimentos que ofertavam cursos em 2013 pertenciam à rede privada de ensino (Tabela 6). Como resultado dessa concentração, oitenta por cento das matrículas ocorreram nesses estabelecimentos (Tabela 7). A área mais procurada pelos matriculados foi “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, seguida pela área “Ciências, Matemática e Computação” (Tabela 8). Os registros mostram ainda um fenômeno condizente com a segregação por áreas dos cursos dos matriculados por gênero, pois enquanto as mulheres se matricularam preferencialmente nos cursos das áreas “Educação” e “Serviços”, os homens predominam nas áreas “Ciência, Matemática e Computação” e “Engenharia, Construção e Produção” (Gráfico 7).

TABELA 6
Número de estabelecimentos da educação profissional
de nível tecnológico por dependência administrativa
Brasil e Grandes Regiões - 2013 (em n^{os} absolutos)

Brasil e Grandes Regiões	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Norte	17	5	4	120	146
Nordeste	28	16	24	378	446
Sudeste	34	79	28	1.004	1.145
Sul	17	15	15	366	413
Centro-Oeste	10	4	5	222	241
Brasil	106	119	76	2.090	2.391

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Superior
Elaboração: DIEESE

TABELA 7
Distribuição das matrículas de educação profissional
de nível tecnológico por dependência administrativa
Brasil e Grandes Regiões - 2013 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
Norte	18,9	9,1	0,3	71,6	28.789
Nordeste	16,8	1,6	0,1	81,6	101.602
Sudeste	3,0	15,8	0,6	80,5	375.260
Sul	17,5	1,5	3,2	77,8	92.007
Centro-Oeste	11,0	4,0	0,5	84,5	56.911
Brasil	8,6	10,3	0,9	80,2	654.569

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Superior
Elaboração: DIEESE

Obs.: Não foram consideradas as matrículas em cursos à distância

TABELA 8
Distribuição das matrículas de educação profissional
de nível tecnológico, por áreas gerais
Brasil e Grandes Regiões - 2013 (em %)

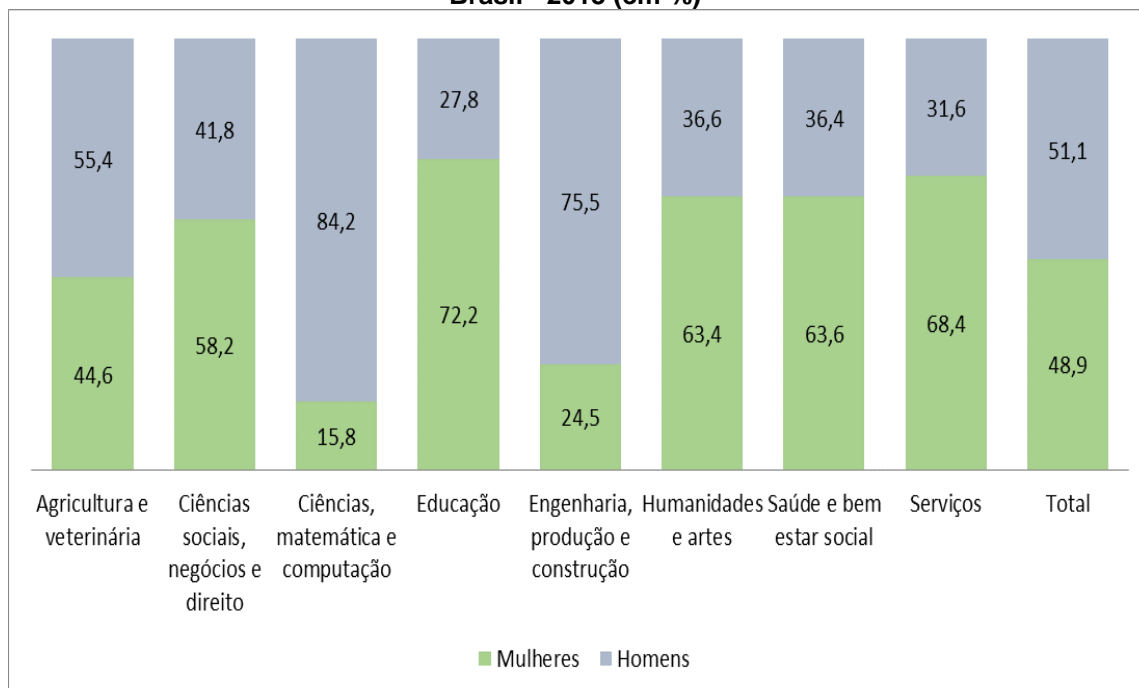
Áreas gerais	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agricultura e veterinária	4,0	1,8	1,2	2,8	4,2	1,9
Ciências sociais, negócios e direito	37,0	44,0	53,4	39,0	42,4	48,2
Ciências, matemática e computação	16,0	15,3	16,4	17,9	18,9	16,7
Educação	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Engenharia, produção e construção	13,2	10,8	11,1	14,2	7,4	11,3
Humanidades e Artes	4,6	8,0	5,8	9,7	6,0	6,7
Saúde e bem-estar social	4,9	3,1	2,3	1,5	5,0	2,7
Serviços	19,7	17,0	9,8	15,0	15,9	12,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total em n^{os} absolutos	28.789	101.602	375.260	92.007	56.911	654.569

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Superior

Elaboração: DIEESE

Obs: Não foram consideradas as matrículas em cursos à distância

GRÁFICO 7
Distribuição das matrículas da educação profissional de nível tecnológico por áreas
gerais, segundo sexo
Brasil - 2013 (em %)



Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Superior

Elaboração: DIEESE

Obs.: Não foram consideradas as matrículas em cursos à distância

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

As informações dessa seção se originam da Base de Gestão da Qualificação, registro administrativo do MTb. Como esses dados são constituídos de formulários cujos quesitos não são, em sua maioria, de preenchimento obrigatório, observa-se elevada incidência de informações incompletas. Também devem ser considerados os efeitos adversos para a qualidade da informação provocados pela migração dos registros para a Base de Gestão e pela migração da gestão da política de qualificação para o Ministério da Educação. Tais fatos limitam a possibilidade de empreender análise mais aprofundada e, por isso, optou-se, aqui, por restringir a análise à evolução do número de turmas, de educandos inscritos e de concluintes do PNQ por regiões e unidades da federação.

Entre 2010 e 2014, o número de turmas do PNQ apresentou grande oscilação. Em 2011, o total de turmas de qualificação chegou a 3.022, mas em 2014 houve apenas 189 turmas no âmbito do PNQ. A concentração do número de turmas deu-se nas regiões Nordeste e Sudeste (Tabela 9) e os cursos contaram com cerca de 22 educandos inscritos por turma ao longo do período.

Tal como o número de turmas, o total de educandos inscritos variou consideravelmente entre 2010 e 2014. Em 2011, o total equivalia a aproximadamente 66 mil educandos, número que não superou 4 mil em 2014. A maioria dos inscritos residiam nas regiões Nordeste e Sudeste, com destaque para os estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (Tabela 10).

O número de concluintes, por fim, conserva tanto a evolução quanto as concentrações observadas em relação ao total de educandos inscritos (Tabela 11). Importante notar que a razão entre educandos concluintes e inscritos permaneceu em patamares próximos a 70%, mas com grandes oscilações.

TABELA 9
Número de turmas nos cursos do PNQ

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 - 2014 (em nºs absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2010	2011	2012	2013	2014
Norte	4	227	264	64	6
Acre	4	35	19	2	(1)
Amapá	(1)	24	10	9	(1)
Amazonas	(1)	113	67	12	5
Pará	(1)	6	95	41	1
Rondônia	(1)	23	45	(1)	(1)
Roraima	(1)	(1)	21	(1)	(1)
Tocantins	(1)	26	7	(1)	(1)
Nordeste	173	1.225	590	194	153
Alagoas	(1)	82	45	98	(1)
Bahia	(1)	177	292	18	100
Ceará	138	114	31	(1)	52
Maranhão	(1)	308	(1)	(1)	(1)
Paraíba	35	78	57	39	1
Pernambuco	(1)	310	47	21	(1)
Piauí	(1)	69	101	(1)	(1)
Rio Grande do Norte	(1)	68	4	5	(1)
Sergipe	(1)	19	13	13	(1)
Sudeste	50	719	502	295	20
Espírito Santo	(1)	17	80	(1)	(1)
Minas Gerais	33	232	272	204	20
Rio de Janeiro	17	237	59	55	(1)
São Paulo	(1)	233	91	36	(1)
Sul	5	559	201	73	7
Paraná	5	169	88	62	7
Rio Grande do Sul	(1)	199	109	11	(1)
Santa Catarina	(1)	191	4	(1)	(1)
Centro-Oeste	29	292	107	79	3
Distrito Federal	29	64	(1)	(1)	(1)
Goiás	(1)	28	82	50	(1)
Mato Grosso	(1)	88	9	20	(1)
Mato Grosso do Sul	(1)	112	16	9	3
Brasil	261	3.022	1.664	705	189

Fonte: MTb. Base de Gestão da Qualificação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há registros de casos

Obs.: a) O universo considerado foi o de turmas iniciadas em cada ano

b) Foram excluídas as turmas com situação cancelada

c) Data de acesso: 19/02/2016

TABELA 10
Número de educandos inscritos nos cursos do PNQ
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 - 2014 (em nºs absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2010	2011	2012	2013	2014
Norte	58	4.499	5.533	1.412	140
Acre	58	474	253	47	(1)
Amapá	(1)	413	186	122	(1)
Amazonas	(1)	2.538	1.647	276	119
Pará	(1)	116	2.122	967	21
Rondônia	(1)	488	729	(1)	(1)
Roraima	(1)	(1)	488	(1)	(1)
Tocantins	(1)	470	108	(1)	(1)
Nordeste	3.566	24.686	14.124	4.242	3.137
Alagoas	(1)	1.904	789	2.178	(1)
Bahia	(1)	3.765	7.515	476	2.045
Ceará	2.987	2.177	893	(1)	1.092
Maranhão	(1)	6.057	(1)	(1)	(1)
Paraíba	579	480	991	635	(1)
Pernambuco	(1)	6.304	847	542	(1)
Piauí	(1)	2.014	2.966	(1)	(1)
Rio Grande do Norte	(1)	1.569	123	150	(1)
Sergipe	(1)	416	(1)	261	(1)
Sudeste	1.316	18.387	10.880	6.672	403
Espírito Santo	(1)	373	1.563	(1)	(1)
Minas Gerais	806	5.113	5.367	4.034	403
Rio de Janeiro	510	6.610	1.498	1.651	(1)
São Paulo	(1)	6.291	2.452	987	(1)
Sul	152	11.942	3.712	1.259	129
Paraná	152	3.535	1.831	1.048	129
Rio Grande do Sul	(1)	3.483	1.738	211	(1)
Santa Catarina	(1)	4.924	143	(1)	(1)
Centro-Oeste	923	6.610	2.367	1.727	66
Distrito Federal	923	1.478	(1)	(1)	(1)
Goiás	(1)	583	1.710	1.023	(1)
Mato Grosso	(1)	2.142	288	382	(1)
Mato Grosso do Sul	(1)	2.407	369	322	66
Brasil	6.015	66.124	36.616	15.312	3.875

Fonte: MTb. Base de Gestão da Qualificação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há registros de casos

Obs.: a) O universo considerado foi o de turmas iniciadas em cada ano

b) Foram excluídas as turmas com situação cancelada

c) Data de acesso: 19/02/2016

TABELA 11
Número de educandos concluintes nos cursos do PNQ
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010 - 2014 (em nºs absolutos)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	2010	2011	2012	2013	2014
Norte	50	2.678	3.215	1.233	140
Acre	50	366	108	42	(1)
Amapá	(1)	372	168	97	(1)
Amazonas	(1)	1.005	(1)	214	119
Pará	(1)	115	2.045	880	21
Rondônia	(1)	451	480	(1)	(1)
Roraima	(1)	(1)	414	(1)	(1)
Tocantins	(1)	369	(1)	(1)	(1)
Nordeste	2.336	20.010	9.242	3.637	2.475
Alagoas	(1)	1.591	646	1.792	(1)
Bahia	(1)	2.420	6.132	424	1.855
Ceará	2.336	1.418	864	(1)	620
Maranhão	(1)	4.846	(1)	(1)	(1)
Paraíba	(1)	(1)	892	566	(1)
Pernambuco	(1)	6.091	595	467	(1)
Piauí	(1)	1.947	(1)	(1)	(1)
Rio Grande do Norte	(1)	1.403	113	138	(1)
Sergipe	(1)	294	(1)	250	(1)
Sudeste	1.081	12.934	7.233	4.898	334
Espírito Santo	(1)	219	979	(1)	(1)
Minas Gerais	618	3.298	3.951	3.147	334
Rio de Janeiro	463	4.782	1.138	1.348	(1)
São Paulo	(1)	4.635	1.165	403	(1)
Sul	13	6.903	2.599	917	81
Paraná	13	950	1.345	790	81
Rio Grande do Sul	(1)	2.054	1.169	127	(1)
Santa Catarina	(1)	3.899	85	(1)	(1)
Centro-Oeste	836	5.098	1.855	1.114	56
Distrito Federal	836	971	(1)	(1)	(1)
Goiás	(1)	400	1.327	863	(1)
Mato Grosso	(1)	1.639	224	(1)	(1)
Mato Grosso do Sul	(1)	2.088	304	251	56
Brasil	4.316	47.623	24.144	11.799	3.086

Fonte: MTb. Base de Gestão da Qualificação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não há registros de casos

Obs.: a) O universo considerado foi o de turmas iniciadas em cada ano

b) Foram excluídas as turmas com situação cancelada

c) Data de acesso: 19/02/2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de qualificação profissional passou por mudanças importantes desde meados dos anos 1970, cujo desenho da política pública raramente esteve subordinado a medidas de planejamento econômico de longo prazo. A política de qualificação tornou-se parte fundamental do sistema público de emprego porque, ao garantir o aperfeiçoamento profissional do trabalhador, pode ampliar suas possibilidades para obter melhores ocupações. Em anos recentes houve ampliação considerável da oferta de educação profissional associada à elevação de escolaridade.

A despeito da qualidade dos registros do PNQ pelas razões apresentadas, observa-se que tanto os estabelecimentos quanto as matrículas em cursos da educação profissional cresceram. Apesar de ambos se concentrarem na rede privada, a formação integrada, que amplia tanto a formação profissional quanto a escolaridade, foi conduzida prioritariamente pela rede pública, o que converge com o objetivo de ofertar qualificação a partir de uma concepção mais ampla sobre os requisitos necessários para o exercício das atividades profissionais.

Os esforços públicos em favor de ampliar a qualificação profissional evidenciam o compromisso de aumentar a oferta de vagas em cursos de qualificação e de articular as políticas de qualificação com os demais programas do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). Por exemplo, desde 2013, os requerentes do Programa Seguro-Desemprego são encaminhados para cursos de qualificação profissional⁸. Após a conclusão dos cursos, retornam ao Sine na tentativa de obter emprego.

⁸ Decreto Nº 7.721 de 16 de abril de 2012 e Portaria Interministerial Nº 17 de 17 de dezembro de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Portaria Nº 185 de 12 de Março de 2012**: fixa diretrizes para execução da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Brasília, DF, 12 mar. 2012.

CARDOSO JR, J. C. et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil**: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Brasília, DF: IPEA, nov. 2006. (Texto para Discussão, 1237).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **PNQ – Plano Nacional de Qualificação**: termo de referência: resolução Nº 679/2011. Brasília, DF, 29 set. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Relatório de gestão**: exercício de 2013: FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Brasília, DF, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Relatório de gestão**: exercício de 2014: FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Brasília, DF, 2015.

MORETTO, A.; BARBOSA, A. D. As políticas públicas de mercado de trabalho e sua evolução tardia e fragmentada no Brasil. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. **Políticas públicas e trabalho**: textos para estudo dirigido. Campinas: Unicamp, 2006. p. 438.

RAMOS, C. A. Auge e decadência das políticas de emprego no Brasil. In: MACAMBIRA, J.; CARLEIAL, L. D. **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2009. p. 468.

Desenvolvimento do Trabalho, 2009. p. 468.